

CONCEPÇÕES DE LINGUAGEM E O ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA

Maria Lúcia Cavalli Neder (Letras - IL - UFMT)

Nos últimos anos, tenho voltado minha atenção e estudos para o ensino da linguagem no primeiro e segundo graus.

Através de resultados de pesquisa, apresentados em minha tese de mestrado, intitulada "Ensino da Linguagem: a Configuração de Um Drama", cheguei à conclusão que a metodologia utilizada pelo professor é um dos determinantes do fracasso escolar, um dos maiores problemas hoje, sem dúvida, da educação brasileira.

Ao trabalhar com a perspectiva metodológica, não deixo de considerar que outros determinantes concorrem, também, para esse problema mas, sem dúvida, ela tem peso e consequências sérias para o ensino da linguagem, principalmente nas primeiras séries do primeiro grau. A metodologia é vista como construção do saber pedagógico pelo professor, a partir de suportes teóricos a respeito de fundamentos da educação, da ciência com a qual trabalha e, ainda, de sua própria prática.

No caso do professor de língua portuguesa, o suporte teórico que tenha sobre linguagem é fundamental para o encaminhamento de seu ensino, mesmo que ele não tenha consciência disso.

Nesta trabalho, pretendo discutir a natureza da linguagem, objeto do ensino do professor de língua portuguesa e apresentar diferentes concepções que agrupei em minha tese, baseando-se em Geraldi (1974), em três grandes tendências: 1 - Linguagem como expressão do pensamento; 2 - Linguagem, como meio objetivo para a comunicação; 3 - Linguagem como processo de interação verbal. Pretendo, ainda, categorizar os tipos de ensino derivados dessas diferentes tendências, tentando demonstrar a influência delas no ensino de língua portuguesa.

Da adoção de uma concepção ou outra, o ensino tomará rumos diferenciados, consubstanciando-se em práticas que concorrerão em maior ou menor grau para o problema do fracasso escolar.

LINGUAGEM: NATUREZA E CONCEPÇÕES

A linguagem, faculdade humana universal, é um fenômeno complexo que tem sua especificidade num modo de funcionamento que se dimensiona no tempo e no espaço das práticas dos homens (Orlandi, 1988:102). Aquele que fala faz renascer do seu discurso o acontecimento e a sua experiência do acontecimento. Aquele que ouve apreende o primeiro discurso e, através desse discurso, o acontecimento produzido. Assim, a situação inerente ao exercício da linguagem que é a de troca e do diálogo confere ao ato do discurso dupla função: para o locutor, representa a realidade, para o ouvinte recria a realidade. Isso faz da linguagem o próprio instrumento da comunicação intersubjetiva. (Bakhtin, 1986).

A linguagem interpreta o mundo, mas submetendo-o a sua própria organização. Ela não é simplesmente uma cópia do real é, sim, a representação que o homem faz desse real. Essa representação se opera mediante a capacidade que o homem possui de representar o real por signo e de compreender esse signo como representante do real.

Essa capacidade que o homem tem de estabelecer uma relação entre algo e algo diferente é o que o faz um ser racional. Como o símbolo não tem relação direta com aquilo que simboliza, o homem precisa aprender o sentido do símbolo para interpretá-lo na sua função significativa.

Uma das diferenças entre o homem e o animal está justamente nessa capacidade de representação simbólica, fonte comum do pensamento e da linguagem. Isso pinça-o à categoria de “Homo Sapiens.”

Todavia, não basta colocar frente a frente dois “Homo Sapiens” quaisquer para que os signos se constituam. É preciso que esses indivíduos estejam socialmente organizados, que formem uma unidade social para que o sistema de signos possa se constituir. É indispensável que o locutor e o ouvinte pertençam à mesma comunidade lingüística. E mais, faz-se necessário, ainda, que esses dois indivíduos estejam integrados na unicidade da situação social imediata; quer dizer, que tenham uma relação de pessoa para pessoa sobre terreno bem definido. (Bakhtin, 1986)

Estudar a teoria dos signos torna-se, portanto, imprescindível para a compreensão da linguagem.

Os signos não existem somente como parte de uma realidade, eles podem também refletir e refratar uma outra realidade, eles

podem distorcer essa realidade, ser fiel ou apreendê-la de um ponto de vista específico etc. Todo signo está sujeito aos critérios de avaliação ideológica. O domínio do ideológico coincide com o domínio dos signos: são mutuamente correspondentes (Bakhtin, 1986)

Por isso, estudar o signo implica compreendê-lo como signo ideológico. Pensá-lo sobre outro viés é tirar sua característica fundamental.

Sem signos não há ideologia, de onde se conclui que tanto a linguagem quanto a ideologia, no sentido de visão de mundo, são de natureza semiótica (Frigotto, 1990). Para Bakhtin (1986) a ideologia é concebida como sendo o reflexo da estrutura social, assim toda a modificação da ideologia encadeia uma modificação na língua. A ideologia é percebida como uma concepção de realidade social, que veicula, esconde, articula e organiza os interesses da classe. Assim, a língua se estrutura no contexto da ideologia, nas relações sociais materiais.

Nessa questão da concepção dos signos e, por conseguinte, da concepção da linguagem, enquanto uma atividade social que não pode ser pensada fora dos planos das relações sociais, como apenas um dado social, é que residem as divergências fundamentais entre as várias teorias da linguagem.

Para alguns, a ideologia é um fato do pensamento interior, sendo o signo uma representação de sua realização. Para outros, o pensamento se reduz a nada: é simplesmente reações psicofisiológicas fortuitas que, por acaso, resulta numa criação ideológica significativa e unificada (Bakhtin, 1986).

Aí está um dos equívocos de algumas concepções de linguagem que apresento mais à frente, pois, geradas com base nos princípios acima, situam o signo fora das relações dos indivíduos socialmente organizados. Os signos só aparecem, na maioria dos estudos, no terreno interindividual.

É preciso, entretanto, que se pense o signo sempre socialmente, contextualmente. Situá-lo fora da relação social é levar a discussão para um lado subjetivo.

Todo signo, como diz Bakhtin (1986): resulta de um consenso de indivíduos socialmente organizados no decorrer de um processo de interação. Razão pela qual as formas dos signos são condicionadas tanto pela organização social de tais indivíduos como pelas condições em que a interação acontece.

Pensar o signo apenas como resultado da consciência individual ou como "reações psicofisiológicas fortuitas" sem levar em

conta as condições gerais em que foi gerado, é, na realidade, deixar de percebê-lo como signo ideológico, realizado no processo da interação social.

Importa, pois, que se perceba a linguagem como um produto da realidade e, ao mesmo tempo, parte constitutiva desta realidade. Bakhtin, por exemplo, situa a linguagem ao mesmo tempo como um processo social e um produto social, isto é, uma prática social que se funda em determinações materiais e, enquanto parte das relações sociais, também as influencia.

O enfoque dado, até esse momento, ao signo leva em conta sua natureza semiótica, por isso, abarca todas as linguagens possíveis, enquanto fenômenos de produção e sentido. Todavia, como ponto básico para este trabalho é o ensino de língua portuguesa, deter-me-ei mais especificamente, daqui em diante, à linguagem verbal.

Como uma das formas sociais de comunicação e de significação, que se diferencia das demais por ser uma linguagem de sons, articulada, a linguagem verbal deve ser estudada à luz dos princípios acima apresentados, visto que é linguagem verbal que aparece mais nitidamente o aspecto da natureza ideológica do signo, sendo a palavra o fenômeno ideológico por natureza.

A palavra é o modo mais puro e sensível da relação social. Se nasce com caráter monossêmico, ao se contextualizar, passa a expandir valores, conceitos e pré-conceitos, portanto, a ter caráter polissêmico. As palavras, no contexto, passam a indicar ideologias, cumprindo um amplo espectro de funções persuasivas às quais não faltam a normatividade e o caráter pedagógico (Citelli, 1988).

Perder de vista esta questão da significação da palavra é reduzi-la apenas a sua realidade física, acompanhada do processo fisiológico de sua produção. O que faz da palavra uma palavra é a sua significação (Bakhtin, 1986).

A transmissão de significados constitui o fluxo intersubjetivo pelo qual circula a cultura. A experiência vivida, o real sentido percebido ou compreendido, o mundo real ou imaginário, das teorias científicas ou dos mitos, enfim, da vigília ou do sonho, é mediado de homem a homem por estes concretos capazes de impressionar nossos sentidos: os signos (Epstein, 1986).

Logo, o que importa num processo de interação verbal é que o locutor seja capaz de utilizar um signo adequado às condições de uma situação concreta dada e o locutor seja capaz de compreender sua significação numa enunciação particular.

Nesse momento cabe, então, perguntar: Qual o papel da língua enquanto um suporte material para a realização desse processo de

interlocução?

A língua como um sistema de normas sociais somente existe se relacionado à consciência subjetiva dos indivíduos que participam da coletividade regida por estas normas. Isso não implica que a língua existe para a consciência subjetiva do locutor unicamente como sistema objetivo de formas normativas e intocáveis, ele se serve da língua para suas necessidades enunciativas. O que importa não é o aspecto da forma lingüística, mas aquilo que permite que a forma lingüística figure num dado contexto, aquilo que a torna um signo adequado às condições de uma situação concreta dada. Para o locutor, a forma lingüística não tem importância enquanto sinal estável e sempre igual a si mesmo, mas somente enquanto signo sempre variável e flexível. Da mesma forma, ao receptor, para quem o essencial na tarefa de decodificação não consiste em reconhecer a forma utilizada, interessa compreendê-la num contexto concreto preciso (Bakhtin, 1986).

Na prática da língua, a consciência lingüística do locutor e do receptor nada tem a ver com o sistema abstrato de formas normativas, mas apenas com a linguagem no sentido de conjunto dos contextos possíveis de uso de cada forma particular.

A forma lingüística apresenta-se sempre aos locutores em situações precisas, o que implica sempre um contexto ideológico preciso. A língua no seu uso prático é inseparável do seu conteúdo ideológico ou relativo à vida.

Portanto, se separar a forma lingüística do conteúdo ideológico só se encontrarão sinais e não mais signos da linguagem. A separação da língua de seu conteúdo ideológico constitui um dos problemas a ser considerado nas concepções de linguagem oriundas de correntes lingüísticas, que não levam em conta esse princípio.

Embora pudesse ir analisando e criticando as diferentes concepções de linguagem que não estão calcadas nos referenciais até aqui descritos, preferi agrupá-las, juntamente com as que se sintonizam com esse referencial, em três grandes linhas, que denomino tendências e que, para efeito didático, serão apresentadas separadamente.

PRIMEIRA TENDÊNCIA; LINGUAGEM COMO EXPRESSÃO DO PENSAMENTO

Essa primeira tendência busca explicar a linguagem a partir das condições de vida psíquica individual do sujeito falante.

Apoia-se na enunciação monológica como ponto de partida para sua reflexão a respeito da linguagem e a apresenta como um ato puramente individual. A expressão é tida como categoria geral de nível superior, que engloba o ato de fala, a enunciação; se forma no psiquismo do indivíduo, exteriorizando-se, objetivamente, para outro com a ajuda de algum código de signos exteriores (Bakhtin, 1986)

Supõe, portanto, um certo dualismo entre o interior e o exterior, com primazia explícita do conteúdo interior, já que todo ato de objetivação procede do interior para o exterior.

A expressão, isto é a linguagem, se constrói no interior, sendo sua exteriorização apenas uma tradução. É a atividade mental que organiza a expressão, modelando e determinando sua orientação. Não está presente o preceito da interação entre dois indivíduos, muito menos a situação social que determina as condições reais da enunciação.

O exterior, isto é, as condições sociais constituem-se, para essa tendência, material passivo do que está no interior, no psiquismo do indivíduo.

Essa tendência está sintelizada por Bakhtin (1986:72 e 73), nas seguintes proposições:

1 - A língua é uma atividade, um processo ininterrupto de construção (energia) que se materializa sob atos individuais de fala;

2 - As leis da criação lingüística são essencialmente as leis da psicologia individual;

3 - A criação lingüística é uma criação significativa, análoga à criação artística;

4 - A língua, enquanto produto acabado ("ergon") enquanto sistema estável (léxico, gramática, fonética) apresenta-se como um depósito inerte, tal como a lava fria da criação lingüística, abstratamente construída pelos lingüistas com vista à sua aquisição prática como instrumento para ser usado.

Para os teóricos dessa tendência, a linguagem é uma faculdade

divina. O homem já nasce com a capacidade de exteriorizar seu pensamento que é gerado no seu psiquismo. De sua capacidade de organizar o pensamento, dependerá sua exteriorização. Se o homem não consegue uma organização lógica para o seu pensamento, sua linguagem estará afetada, isto é, desarticulada, desorganizada. O pensamento deve ser organizado, portanto, obedecendo a uma determinada lógica. Isso significa que, se o indivíduo não se utilizar dessa lógica, dificilmente terá condições de organizar seu pensamento. Equivale dizer que se ele não consegue se expressar com logicidade é porque não é capaz de pensar. Assim, presume-se que há regras a serem seguidas para se alcançar a organização lógica do pensamento e, conseqüentemente, da linguagem. Essas regras constituem-se modelos formais a serem seguidos por todos aqueles que querem se expressar "bem" e, por isso mesmo, são passíveis de serem aprendidas. São elas que se constituirão nas normas da gramática derivada dessa tendência, apresentada logo mais adiante como gramática do tipo 1.

SEGUNDA TENDÊNCIA: LINGUAGEM COMO MEIO OBJETIVO PARA A COMUNICAÇÃO

O centro organizador de todos os fatos da língua para essa tendência situa-se no sistema lingüístico, a saber: o sistema de formas fonéticas, gramaticais e léxicas da língua.

A língua é considerada como um espectro imóvel, onde cada enunciação é única e não reiterável, mas em cada enunciação encontram-se elementos idênticos aos de outras enunciações no seio de um determinado grupo de locutores. São esses traços idênticos que garantem a unicidade de uma dada língua e sua compreensão por todos os locutores de uma mesma comunidade. (Bakhtin, 1986:77)

O sistema lingüístico é percebido como um fato objetivo externo à consciência individual e independente desta. A língua opõe-se ao indivíduo enquanto norma indestrutível, peremptória, que o indivíduo só pode aceitar como tal.

Todas as formas da língua, consideradas num momento preciso, ou seja, do ponto de vista sincrônico, são indispensáveis

umas às outras, completam-se mutuamente e fazem da língua um sistema estruturado que obedece a leis lingüísticas específicas. Estas leis, diferentemente das leis ideológicas, que se referem a processos cognitivos, à criação artística, não podem depender da consciência individual.

Pode-se sintetizar como essencial para essa tendência as seguintes proposições:

1 - A língua é um sistema estável, imutável, de formas lingüísticas submetidas a uma norma fornecida tal qual a consciência individual e peremptória para esta;

2 - As leis da língua são essencialmente leis linguísticas específicas, que estabelecem ligações entre os signos lingüísticos no interior de um sistema fechado. Essas leis são objetivas relativamente a toda consciência subjetiva.

3 - As ligações lingüísticas específicas nada tem a ver com valores ideológicos (artísticos, cognitivos ou outros). Não se encontra, na base dos fatos lingüísticos, nenhum motor ideológico. Entre a palavra e seu sentido não existe vínculo natural e compreensível para a consciência, nem vínculo artístico.

4 - Os atos individuais da fala constituem, do ponto de vista da língua, simples refrações ou variações fortuitas ou mesmo deformações das formas normativas. Mas são justamente estes atos individuais da fala que explicam a mudança histórica das formas da língua, enquanto tal, a mudança é, do ponto de vista do sistema, irracional e mesmo desprovida de sentido. Entre o sistema da língua e sua história não existe um vínculo nem afinidades de motivos. eles são estranhos entre si. (Bakhtin: 82-83)

Pelo exposto, pode-se afirmar que também essa tendência está voltada para o estudo da enunciação monológica isolada, reduzindo-se às relações imanentes no interior do terreno da enunciação.

Todos os problemas advindos das questões externas da enunciação ficam excluídos no estudo dessa tendência, que vai além dos elementos constitutivos da enunciação monológica. Seu alcance máximo é a frase complexa (o período).

Faz-se necessário explicitar, aqui, que essa tendência teve origem num momento histórico em que as ciências humanas e

sociais estavam em busca de uma metodologia que permitisse uma demarcação do objeto, no sentido de uma análise positiva semelhante às realizadas pelas ciências naturais.

Saussure, através de seu curso de Linguística Geral (1916), inaugura o movimento que vai ser conhecido como estruturalismo, passando, a partir daí, a linguística a ser modelo de ciência e referência obrigatória a qualquer retomada histórica nessa área.

A pretensão do estruturalismo de fundar um método objetivo e científico da realidade social derivou numa visão formalista, limitando o estudo da língua no seu funcionamento interno e separando-a do homem no seu contexto social. (Frigotto:20)

Saussure, ao considerar o indivíduo como circunstancial no processo de comunicação, excluiu-o do processo de produção, isto é, daquilo que é propriamente social e histórico.

Numa reação inicial a essa corrente, outra matriz do pensamento linguístico surge com N. Chomsky, com grande influência para essa tendência: a gramática gerativo-transformacional.

Tendo como pressuposto que um conjunto de enunciados potenciais em qualquer língua é numericamente infinito, Chomsky propôs um método para explicar a geração desses enunciados, trabalhando com dois conceitos fundamentais: a competência linguística e o desempenho linguístico.

Segundo Frigotto (1990), a distinção entre **competência** e **desempenho** de Chomsky é semelhante a distinção que Saussure faz entre **langue** e **parole**. Ambos contam com a viabilidade de excluir o que é linguístico do que não é e ambos aderem à fixação da homogeneidade do sistema linguístico.

Assim para os teóricos dessa tendência, que concebem a linguagem como meio objetivo para a comunicação, há um código que deve ser dominado pelos falantes para que essa comunicação se processe.

O uso do código é um ato social, isto é, sempre envolve pessoas, pelo menos duas, senão não haverá comunicação e, para que essa comunicação realmente se realize, é necessário que os envolvidos no ato manipulem os sinais do código de forma comum, preestabelecida. (Fobè, mimeo)

Dessa forma, existem regras que devem ser perseguidas pelo falante-ouvinte para que se estabeleça a comunicação. Essas regras serão resgatadas pela gramática que concretizo mais à frente como sendo do tipo 2.

TERCEIRA TENDÊNCIA; LINGUAGEM COMO PROCESSO DE INTERAÇÃO VERBAL

Entende essa tendência que a verdadeira substância da linguagem não é constituída por um sistema abstrato de formas linguísticas, nem pela enunciação monológica isolada, nem pelo ato psicofisiológico de sua produção, mas pelo fenômeno social da interação verbal, realizada através da enunciação ou das enunciações. A interação verbal constitui, assim, a realidade fundamental da linguagem.

O diálogo, no sentido estrito do termo, não constitui, é claro, senão uma das formas, é verdade que das mais importantes, da interação verbal, mas pode-se compreender a palavra diálogo num sentido amplo, isto é, não apenas como comunicação em voz alta, de pessoas colocadas face a face, mas toda comunicação verbal de qualquer tipo.

Qualquer enunciação, por mais significativa e completa que seja, constitui apenas uma fração de uma corrente de comunicação verbal ininterrupta (concernente à vida cotidiana, à literatura, à política etc...), mas essa comunicação verbal ininterrupta constitui, por sua vez, apenas um momento na evolução contínua, em todas as direções, de um grupo social determinado. (Bakhtin, 1986:123)

A comunicação verbal só pode ser explicada e compreendida nas relações da interação concreta e na situação extralinguística, não só a situação imediata, mas também, através dela, o contexto social mais amplo.

A comunicação verbal entrelaça-se, pois, aos outros tipos de comunicação e cresce com eles no terreno comum da situação de produção. Não se isola, assim, a comunicação verbal de uma comunicação global em perpétua evolução.

A abordagem dada por essa tendência não separa a enunciação de seu curso histórico, colocando a enunciação como realidade da linguagem e como estrutura sócio-ideológica.

Nesse sentido, as quatro proposições abaixo, apresentadas por Bakhtin, adequam-se à concepção de língua adotada por essa tendência:

1 - A língua como sistema estável de formas normativamente idênticas é apenas uma abstração científica que só pode servir a certos fins teóricos e práticos particulares. Essa abstração não dá conta de maneira adequada da realidade concreta da língua;

2 - A língua constitui um processo em evolução ininterrupta,

que se realiza através da interação verbal social dos locutores;

3 - A criatividade da língua não coincide com a criatividade artística nem com qualquer outra criatividade ideológica específica. Mas, ao mesmo tempo, a criatividade da língua não pode ser compreendida independentemente dos conteúdos e valores ideológicos que a ela se ligam.

4 - As leis da evolução linguística não são de maneira alguma as leis da psicologia individual, mas também não podem ser divorciadas das atividades dos falantes. As leis da evolução linguística são essencialmente leis sociológicas;

5 - A estrutura da enunciação é uma estrutura puramente social. A enunciação como tal só se efetiva entre falantes. O ato de fala individual (no sentido estrito do termo "individual") é uma **contradictio in adjecto**." (Bakhtin, 1986:127)

Essa tendência percebe a linguagem como produto histórico-social e, diferentemente da anterior, realça que a fala, como fenômeno social, está sempre ligada às estruturas sociais.

AS DIFERENTES CONCEPÇÕES DE LINGUAGEM EM RELAÇÃO AO ENSINO DAS LÍNGUAS

Quando um estudante aprende uma determinada língua está implícito que há uma concepção de linguagem sustentando as explicações do professor e/ou do manual didático adotado.

Se esse enfoque da língua for indevido, a gramática baseada nessa abordagem será imprópria e de pouco valor para o estudante. Irá oferecer-lhe categorias que não pode manejar e proposições que não pode interpretar ou aplicar. No pior dos casos, representará incorretamente os fatos da língua (Halliday, 1974).

Às gramáticas cabem, pois, dar uma compreensão e funcionamento da língua, descrevendo-o de modo mais eficiente. As gramáticas devem possibilitar uma aprendizagem do significado da língua para aqueles que a utilizam.

Assim, é importantíssimo que se faça uma análise das teorias subjacentes às gramáticas utilizadas como base para o ensino das línguas, além da forma como se estrutura o ensino baseado nessas gramáticas.

1 - GRAMÁTICA DO TIPO 1 (ligada aos princípios da primeira tendência: linguagem como expressão do pensamento)

Derivada da primeira tendência, essa gramática designa um conjunto de regras a ser seguido por aqueles que querem falar e escrever corretamente.

Ilari (1986) cita Soares Barbosa como ascendente de todos os autores dessa chamada "gramática tradicional" que seguem seus princípios básicos, assim expostos: "A gramática da língua nacional é o primeiro estudo indispensável a todo homem bem criado, o qual, ainda que não aspire a outra literatura, deve ter ao menos a de falar e escrever corretamente sua língua: (...) Esta arte deve compreender as razões das práticas do uso, e mostrar os princípios gerais de toda linguagem no exercício das faculdades da alma, e formar assim uma lógica prática que, ao mesmo tempo que ensina a falar bem a própria língua, ensina a bem discorrer. As línguas são uns métodos analíticos que Deus deu ao homem para desenvolver suas faculdades. Elas são o primeiro exemplo das regras de análise, da combinação e do método, que as ciências mais exatas seguem em suas operações." (Gramática Filosófica)

Como a língua é concebida como produto acabado, enquanto sistema estável, há regras e normas constituídas a priori que devem ser seguidas. E como se tivesse um depósito com pacotes prontos a serem usados por qualquer falante de determinada língua.

Nesse sentido, a língua é concebida como uma única variedade, denominada padrão, que deve ser seguida por todos os cidadãos falantes dessa língua.

Outras formas de falar e escrever que se afastem dessa variedade padrão são consideradas erradas, não-língua.

Embora dê ênfase à oralidade, a gramática gerada dessa tendência tem na escrita o instrumento necessário para a determinação de suas regras. Ao escolher a escrita como base, elege os textos de escritores consagrados pela literatura, uma vez que quer demonstrar os bons usos da língua.

Uma gramática assim concebida exclui qualquer variedade da língua-oral ou escrita. Trata-a como vício de linguagem e como tal deve ser corrigida, tendo em vista a variedade padrão. A variação linguística é vista como desvio, aquilo que foge à norma é considerado erro. O falar e o escrever corretamente tem que seguir, portanto, os cânones ditados pelas regras gramaticais que determinam a linguagem correta.

A gramática para essa tendência é concebida como definitiva e é explorada nas aulas de forma fragmentada e arbitrária, visto que os tópicos gramaticais são apresentados como fragmentos que não possuem relação entre si e sua seriação, não apresentando nenhum critério que determine as razões para que esse ou aquele assunto devam vir antes ou depois.

Como a linguagem é concebida como expressão do pensamento, aquele que não se expressa dentro dos padrões impostos pela gramática é tido, ao nível do senso comum, como pessoa que não sabe ou não é capaz de pensar.

2 - GRAMÁTICA DO TIPO 2 - (Ligada aos princípios da 2ª tendência: Linguagem como meio objetivo para a comunicação)

A gramática é concebida como um conjunto de regras que o cientista da linguagem encontra nos dados que analisa, à luz de determinada teoria e método. São as regras utilizadas pelos falantes de determinada língua na construção real de enunciados.

Para esse tipo de gramática, a língua equivale a um construtor* teórico, necessariamente abstrato e que, por isso não prevê variações no sistema. (Possenti, 1984:33)

Isso não quer dizer, entretanto, que essa gramática desconsidere as variações linguísticas, pelo contrário, não apresenta nenhum preconceito contra qualquer tipo de língua ou contra qualquer variedade linguística.

Esse tipo de gramática baseado na oralidade, utilizando-se como base para sua análise uma concepção de língua como um sistema independente de fatores extra-linguísticos, exclui totalmente o papel da história e das reais relações entre os falantes. (Possenti, 1984)

Tanto a gramática estrutural quanto a gerativo-transformativa enquadram-se nesta segunda tendência.

A gramática estrutural tem a concepção de linguagem como meio de comunicação, não implicando, todavia, o aspecto da interlocução. Descreve a língua em uso de uma certa comunidade e em certa época, introduzindo progressivamente a noção de nível de língua: formal, familiar, etc. Dá ênfase aos aspectos morfológicos e fonológicos da língua, dando tratamento insuficiente à sintaxe, uma vez que descreve somente as estruturas superficiais da oração.

* Há um erro de impressão na palavra "construtor", uma vez que Possenti retoma, em seguida, como construto.

Já a gramática gerativo-transformacional só considera enunciados ideais aqueles produzidos por um falante ideal, que pertence a uma comunidade linguística ideal (Possenti, 1984)

Estabelece que somente pode haver comunicação entre alguém se houver o mesmo conhecimento subjacente da língua. Por isso, fornece as regras que permitem construir sistematicamente orações complexas e gerar um número infinito de construções gramaticais. Admite a existência de universais linguísticos e analogias entre as línguas a nível de estrutura profunda, permitindo a caracterização de noções de gramaticalidade e agramaticalidade das línguas.

Embora com enfoques diferentes, as correntes linguísticas que sustentam esse tipo de gramática têm em comum o fato de abstrair a linguagem do seu contexto histórico-social e proporem uma homogeneidade do sistema linguístico.

3 - GRAMÁTICA DO TIPO 3 - (Ligada aos princípios da terceira tendência que concebe a língua como um conjunto de variedades linguísticas que permeia o processo de interação verbal)

Embora possa haver discussão a respeito de uma denominação de "gramática" à caracterização que faço nesse item, entendo que é perfeitamente possível fazê-lo, se se considerar a língua como um conjunto das variedades linguísticas utilizadas por determinada comunidade; o conjunto das regras que o falante de fato aprendeu e das quais lança mão ao falar construir-se-á em uma "gramática".

Daí ter denominado essa seção de "gramáticas do tipo 3", aquelas que têm como compreensão que as variedades linguísticas não determinam diferenças do tipo bem/mal, bom/ruim, mas simplesmente formas coexistentes. As variedades não são, dessa forma, erros, mas diferenças.

Para esses tipos de gramática, não existe o erro linguístico. O que há são inadequações de linguagem, que consistem não no uso de uma variedade, ao invés de outra, mas no uso de uma variedade ao invés de outra numa situação em que as regras sociais não abonam aquela regra da fala.

Todas as variedades são consideradas boas e corretas e funcionam sempre de acordo com regras rígidas, impostas pelas próprias comunidades que as falam. Isto implica que os falantes atribuam valores as formas linguísticas, valorizando, eles próprios, às vezes, uma determinada forma.

Assim, para essas gramáticas não existe nenhuma variedade boa ou ruim em si mesma. O que há são línguas e variedades que merecem maior atenção do que outras, segundo necessidades e eleições historicamente explicáveis. (Possenti, 1986)

O contexto extra-linguístico é tido como fundamental, uma vez que só na interrelação a linguagem se estabelece, isto é, ligada a outros fatos sociais. As línguas, assim, não são sistemas que pairam acima dos que falam e não são isentas de valores atribuídos pelos que falam. (Possenti, 1986)

A linguagem vista como processo interativo permite, portanto, o uso de diferentes gramáticas, em conformidade com o propósito da interlocução e do contexto em que se estabelece.

O ENSINO DE LÍNGUA A PARTIR DAS CONCEPÇÕES DE LINGUAGEM

Baseando-se nas concepções de linguagens anteriormente descritas, o ensino de língua portuguesa pode configurar-se num dos tipos abaixo descritos, conforme terminologia de Halliday (1974).

TIPO 1 - ENSINO TRADICIONAL OU PRESCRITIVO

O ensino prescritivo, apoiado na concepção de linguagem descrita na primeira tendência, tem como finalidade ensinar os alunos a substituírem seus padrões de atividades linguísticas considerados errados por outros considerados corretos.

Este ensino significa selecionar os padrões em qualquer nível, que são apontados por alguns membros da comunidade linguística, e usar práticas padronizadas de ensino para persuadir o aluno a se conformar àqueles padrões. (Halliday, 1974)

Através do ensino prescritivo, induz-se o estudante a substituir sua linguagem por outra "melhor" elaborada, por constituir-se a forma gramaticalmente correta.

As experiências dos alunos são desconsideradas nesse tipo de ensino, visto que, a priori, são tidas como incorretas.

A língua escrita tem predomínio sobre a língua falada e os exemplos utilizados como padrão de correção são retiradas da literatura clássica tida como modelo do "bem" escrever.

A correção dos aspectos formais da linguagem escrita é um dos objetivos básicos desse tipo de ensino. Dessa maneira, o aluno é impedido de utilizar na língua escrita os padrões aceitáveis da língua falada.

Destacam-se no ensino moldado nessas características, segundo Brito (1972):

- O apego aos canônes gramaticais, estruturados segundo os moldes da tradição clássica;

- A repetição, anos a fio, dos mesmos enunciados, regras e exemplos dos modelos selecionados como "corretos" e "bons";

- A ausência quase total das atividades de leitura e produção de textos; (p. 20)

Além de prescrever é assim não é assado, o ensino tradicional, mesmo antes que os alunos dominem a variedade considerada padrão, já começa a trabalhar a metalinguagem de análise dessa variedade, com exercícios de descrição gramatical, estudo de regras, definições, etc...

A maior parte do tempo nas aulas de língua nesses moldes é gasta para o aluno aprender a metalinguagem de análise da língua, passando, assim, as aulas a serem de definições, classificações dos fatos gramaticais, completamente independentes de exercício de linguagem, que raras vezes ou nenhuma vez acontece.

Em aulas cujo foco é o ensino prescritivo, tudo é transformado em exercícios sobre a língua, aquela que não é conhecida do aluno, que é inerte, estando à disposição para dissecação e classificação.

Nesse sentido, as aulas de língua apresentam-se como um conjunto de atividades desvinculadas umas das outras e que apenas se somam e se acumulam. Anos a fio, é dada uma repetição dos mesmos tópicos gramaticais, considerados essenciais para o bem falar e o bem escrever. Tópicos como classe de palavras bem como as funções sintáticas dos elementos da frase são dados desde o primeiro até o segundo grau.

A gramática é dada, portanto, para se cumprir um programa previamente estabelecido sem se levar em conta as dificuldades ou não dos alunos no emprego que fazem efetivamente da linguagem, nessa ou naquela ocasião, num processo de interação verbal.

TIPO 2 - ENSINO DESCRITIVO

O ensino descritivo, tendo como suporte a segunda tendência, preocupa-se com o modo como a linguagem funciona. A língua que o aluno domina desempenha papel fundamental, uma vez que não há modelo privilegiado de língua ou variações linguísticas. Todas as variedades, em princípio, possuem igual valor.

O objetivo desse tipo de ensino é que os alunos aprendam alguma coisa sobre a natureza da linguagem, usando-a, sem lhes ser necessário compreender porque e como as funções que dela se espera ou, na verdade, quais são essas funções. (Halliday, 1974)

O ensino baseado nesses princípios pressupõe que o aluno internalizará regras linguísticas diferentes daquelas que usa, a partir do momento que estiver exposto às noções sobre o que a linguagem faz e como faz.

Esse ensino consiste, pois, em mostrar ao aluno como a língua funciona, mediante a ordenação e os acréscimos relativos ao seu uso da língua materna (Halliday, op. cit.)

Como a gramática da língua nessa perspectiva preocupa-se em descrever e revelar relações que se estabelecem entre os elementos do sistema linguístico, nos seus mais diversos níveis (fonológico, morfo-semântico e sintático), a maneira como se organizam os elementos dentro do sistema vai ser o objetivo do ensino que se utilizará dos exercícios estruturais para treinar as estruturas linguísticas.

Os exercícios estruturais vão ser, pois, ponta de lança da metodologia construída com base nos princípios acima descritos, visando à automatização de estruturas da língua para sua utilização, quando necessária, na situação de comunicação.

O objetivo é que o aluno adquira hábitos linguísticos que são reações aprendidas e que se repetem em circunstâncias semelhantes. Esse tipo de ensino enfoca, sobretudo, o saber fazer. Através da repetição, o aluno irá absorvendo formas que comporão seu universo linguístico, ficando munido de estruturas que o auxiliem no aperfeiçoamento da capacidade de uso de um meio de comunicação.

É bom lembrar, aqui, que os exercícios estruturais que os livros didáticos trazem o são para "corrigir". Usa-se a mecanização para essa correção. Portanto, os "patterns" são da língua padrão.

TIPO 3 - ENSINO PRODUTIVO

O ensino produtivo, diferentemente dos outros dois tipos já apresentados, não tem por objetivo alterar padrões que o aluno já adquiriu, mas aumentar os recursos que possui e fazer isto de modo tal que o aluno tenha a seu dispor, para uso adequado, a maior escala possível de potencialidades de sua língua, em todas as diversas situações em que tem necessidade delas. (Halliday, 1974)

Apoiado nos princípios da terceira tendência, ao aluno é dada a oportunidade de aprender diferentes variedades da língua, adequadas a diferentes situações. O ensino tem por objetivo, portanto, colocar o aluno em situações efetivas de uso da língua. É a amplitude e o uso de diferentes variedades o foco desse ensino.

Como não se elege uma variedade como boa ou correta, esse tipo de ensino mostra aquilo que é adequado e/ou eficiente para determinado propósito.

Assim, a linguagem é vista como produção, fruto do trabalho coletivo de indivíduos e das circunstâncias. Os alunos são considerados como falantes da língua ensinada em constante trabalho de produção.

As gramáticas da língua são entendidas, portanto, como conhecimento produzido coletivamente a partir de um trabalho linguístico realizado nas situações concretas de interação verbal, um conhecimento da língua construído pelo seu uso efetivo.

BIBLIOGRAFIA

- BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia da Linguagem**. São Paulo: Hucitec, 1986.
- BENVENISTE, Emile. **Problemas de Linguística Geral**. Campinas: Pontes, 1988.
- BRAGA, Maria Lúcia Santaella. **Produção de Linguagem e Ideologia**. São Paulo: Cortez, 1980.
- CASTILHO Ataliba T. de. **Variação Linguística. Norma Culta e Ensino de Língua Materna**. mimeo.
- CHAUI, Marilene de Souza. **Ideologia e Educação**. mimeo, Unicamp.
- CITELLI, Adilson. **Linguagem e Persuasão**. São Paulo: Ática, 1988.
- COSERIU, Eugênio. **Teoria da Linguagem e Linguística Geral**. Rio de Janeiro: Presença, 1979.
- EPSTEIN, Isaac. **O Signo**. São Paulo: Ática, 1986.
- FRANCHI, Carlos. **Linguagem: Atividades Constitutiva**. In: Almanaque. São Paulo: Brasiliense, 1977.
- FRIGOTTO, Edith Ione dos Santos. **Concepções de linguagem e ensino de língua materna: Do formalismo ensinado ao real ignorado**. Tese de mestrado, Rio de Janeiro, 1990.
- GADOTTI, Moacir. **Educação e Compromisso**. Campinas: Papirus, 1985.
- GERALDI, João Wanderley. **Uso da Escrita e Avaliação**. In: J.W. Geraldi (org). **O Texto em Sala de Aula**. Cascavel, Paraná: Assoeste, 1984.
- GERALDI, João Wanderley. **Unidades Básicas do Português**. In: **O Texto em Sala de Aula**. Cascavel, Paraná: Assoeste, 1984.
- HALLIDAY, M. A. K. et alii. **As Ciências Linguísticas e o Ensino de Línguas**. Rio de Janeiro: Petrópolis, 1974.
- ILARI, Rodolfo. **A Linguística e o Ensino da Língua Portuguesa**. São Paulo: Martins Fontes, 1986.
- SASSURE, Ferdinand de. **Curso de Linguística General**. Buenos Aires: Losada, S.A. 1945.
- VYGOTSKY, L. S. **Pensamento e Linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 1987.